

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Contratação de empresa especializada na execução de obras de arquitetura, urbanismo e engenharia, para executar obra de construção/requalificação urbanística em fragmento de terra pública ociosa, na Avenida Sérgio Vieira Mendes (próxima a Avenida Ibitiguaia), Loteamento Estrela Sul, referente ao Programa Respiro Urbano**

| Informações da unidade requisitante                          |   |
|--|---|
| <b>UG Requisitante:</b><br>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO | <b>Setor Requisitante:</b><br>DEPARTAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - DUOS |
| <b>Responsável pela demanda:</b><br>Nicolas Nascimento Silva |   |
| <b>Cargo:</b><br>Gerente                                     |   |

| DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL  |
|--|
| <p><b>Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:</b></p> <p>O Programa Respiro Urbano emerge como uma iniciativa do poder público, em promover a transformação do espaço urbano de forma sustentável, especialmente na priorização da acessibilidade, no que tange à otimização de fragmentos de terras públicas (nesgas), que são espaços residuais e vazios gerados por cruzamentos, percursos e bordas de terrenos de formas irregulares, o qual, atualmente, encontram-se subutilizadas ou inutilizadas. O programa é um esforço para instalar no meio urbano, espaços que potencializam o cotidiano dos bairros de Juiz de Fora na construção de espaços vivos, seguros, dinâmicos, ambientalmente equilibrados e justos para uma cidade mais igualitária, para que se tornem capazes de oferecer ao cidadão das comunidades locais os benefícios dos espaços públicos conservados e atrativos. Essas áreas subutilizadas ou inutilizadas podem se transformar em locais de passagem de transeuntes, que tendem a buscar o caminho que consideram mais viável, mas que, em determinadas situações, se apresentam vulneráveis em relação à sua segurança e saúde, por fatores como: ausência de iluminação, infraestrutura e acessibilidade, como por exemplo, os escadões. Ademais, podem ser utilizados como depósito de resíduos, que geram impacto urbanístico negativo.</p> <p>Neste sentido, é fundamental a união de esforços e capitais, incentivando a utilização de espaços públicos pela população, buscando catalisar o desenvolvimento urbano do município e alinhando-se de forma coesa com os anseios por cidades mais inclusivas e dinâmicas. O acesso a uma rede de espaços públicos conectada e de qualidade proporciona melhor qualidade de vida e sentimento comunitário de pertencimento. Além disso, proporciona à comunidade uma caminhabilidade funcional e fomenta a prática de atividades físicas, revelando-se um cuidado com a saúde e segurança dos espaços públicos de forma sustentável.</p> <p>Outro fator importante, é o papel no desenvolvimento econômico que a existência de espaços públicos de qualidade, exercem na potencialização de atividades econômicas, como por exemplo, na composição de ambientes que estimulam as atividades comerciais, a partir do aumento da visibilidade e circulação de pessoas nestes locais.</p> <p>Essa reflexão se faz ainda mais necessária, se analisado o contexto do período pós pandêmico (2020 à 2023), o qual a oferta de espaços públicos amplos, que garantam a segurança sanitária nos deslocamentos e outras atividades diárias da população, é fator resolutivo no combate à degradação do meio ambiente e problemas de saúde pública. Do mesmo modo, calçadas adequadas e a implantação de ciclovias/ciclofaixas se mostraram úteis como forma de deslocamento e lazer diário alternativos à população.</p> |

Além disso, para a construção de espaços públicos de qualidade é essencial a participação coletiva, sendo esta uma ação de cumprimento de uma das diretrizes gerais do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), no intuito de assegurar a participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, como se destaca a seguir:

*“XX - promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população.”*

Deste modo, a proposta deste processo de licitação foi caracterizada por priorizar uma área com carência de espaços coletivos, que possibilite manifestações de lazer e diversidade de usos, determinantes na produção de um espaço mais equilibrado, diverso e justo, para além da habitação, como também, áreas subutilizadas ou com uso do solo prejudicial à ativação urbana.

A área de intervenção do presente objeto, localiza-se na Avenida Sérgio Vieira Mendes (próxima a Avenida Ibitiguaia), resultante do loteamento Estrela Sul, aprovado em 2005 como área pública doada à Prefeitura de Juiz de Fora. Em relação ao seu entorno, o lote originário do loteamento, faz divisa para o loteamento Ipiranga e margem com o córrego Teixeira, conforme Figura 1.

Figura 1 - Planta do Loteamento Estrela Sul



Fonte: GED - DCIM Prefeitura de Juiz de Fora (2005)

No que diz respeito, à relação dos parques e praças com a proposta área de intervenção, verifica-se a presença de três equipamentos, tais como, o Parque da Lajinha, que está a uma distância de

aproximadamente 1.400 m (metros); a Praça do Ipiranga, a 1.300 m (metros) de distância; e a Praça Padre Geraldo Felzeps, a 2.400 m (metros), conforme Figura 2.

Figura 2 - Relação da área com as praças e parques do entorno



Fonte: Sigmaps - Prefeitura de Juiz de Fora (2024)

Contudo, a presente área tem sido subutilizada como descarte irregular de resíduos, conforme pode-se notar na Figura 3 a seguir. O que resulta em impactos ao meio ambiente, tais como, poluição ambiental, prejuízo à saúde pública, impacto na biodiversidade, degradação do solo e degradação da paisagem urbana.

Figura 3 - Situação atual da área de intervenção



Fonte: Google Maps (2022)



Além disso, outra importante questão a ser levantada para esta área de intervenção, no que tange ao problema a ser solucionado, é o fato de estar localizada lindeira a uma encosta, que pode afetar a segurança, estabilidade e qualidade de vida das pessoas no entorno da área urbana.

Claro está, quanto a necessidade da presente contratação e o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, pode-se citar os seguintes benefícios dessa obra urbanística, para a comunidade local:

- a) **Reaproveitamento sustentável dos espaços:** Requalificar os fragmentos subutilizados ou inutilizados, não apenas revitaliza o tecido urbano, como também, impede o uso incorreto do espaço de maneira a degradar o meio ambiente;
- b) **Fomento à inovação:** o programa abre a oportunidade para implementação de soluções inovadoras em termos de design urbano, tecnologia e sustentabilidade;
- c) **Fortalecimento do sentimento de comunidade:** promover a integração da comunidade em espaços de lazer, fortalece laços sociais e senso de pertencimento.

Portanto, a finalidade deste processo de licitação, é contratar uma empresa especializada em obras de engenharia, arquitetura e/ou urbanismo, para executar o projeto desta área do Programa Respiro Urbano, uma vez que, este prevê soluções para a contenção de escorregamento de encostas, drenagem pluvial e ambientes de permanência, lazer e saúde.

(Retirado do DFD – Proc. Administrativo 736/2024, despacho inaugural)

#### **Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas e requisitos da contratação:**

A área de intervenção tem aproximadamente 60m<sup>2</sup>, que será previsto a instalação de mobiliários de permanência, mobiliários de ginástica, soluções de drenagem para escoamento das águas pluviais e plantio de vegetação para contenção das encostas.

(Retirado do DFD – Proc. Administrativo 736/2024, despacho inaugural)

### **ANÁLISE DE SOLUÇÕES**

#### **Levantamento de mercado:**

Atualmente, a área que é objeto desta contratação é utilizada irregularmente para descarte de lixo, gerando, dentre outros prejuízos, poluição ambiental e degradação do solo.

Embora na região existam outros locais para lazer, como já detalhado no diagnóstico da situação, para esta área, mais do que um espaço de lazer, trata-se de intervenção que pode alavancar a qualidade de vida no bairro.

Portanto, em razão da emenda municipal ter sido direcionada para esta área, e a inclusão da área no Programa Respiro Urbano, que aproveita pequenos espaços de terra pública que “sobram” após urbanização dos bairros, não há que se falar em ter como objeto de intervenção outro local senão este.

#### **Estimativa do valor da contratação:**

Inicialmente a obra foi estimada pela Secretaria demandante, utilizando o orçamento paramétrico, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

O valor da solução apresentada é de R\$ 140.782,25 (cento e quarenta mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme Orçamento Referencial.

#### **Escolha da solução:**

Considerando a demanda apresentada para a contratação de empresa especializada na execução de obras de arquitetura, urbanismo e engenharia para a construção/requalificação urbanística em um fragmento de terra pública ociosa na Avenida Sérgio Vieira Mendes, no bairro Teixeiras, referente ao Programa Respiro Urbano, projeto conhecido por Respiro Urbano Ibitiguaia, a escolha da solução se baseia em uma abordagem integral e sustentável para atender às necessidades da comunidade e promover o interesse público.

A solução selecionada visa transformar um espaço subutilizado em um local vibrante e funcional, integrando diversas melhorias que promovem o uso sustentável do espaço e o fortalecimento da comunidade local. A implantação de áreas de permanência no espaço público desempenha um papel significativo em várias dimensões da vida comunitária. Elas facilitam a interação social, fornecendo espaços onde as pessoas podem se reunir, conversar e estabelecer conexões sociais, promovendo assim um senso de comunidade. São locais fundamentais para promover a inclusão e a acessibilidade, uma vez que são abertos a todos os membros da comunidade, independentemente de sua origem étnica, status socioeconômico ou capacidades físicas. Além disso, desempenham um papel importante na formação da identidade local, refletindo a cultura, história e valores de uma determinada comunidade, o que contribui para fortalecer o senso de pertencimento e coesão social. Em termos de bem-estar, áreas de permanência ao ar livre oferecem oportunidades para relaxamento, contato com a natureza e redução do estresse, promovendo assim a saúde mental.

O Projeto Respiro Urbano - Ibitiguaia contempla a implantação de academia ao ar livre, apresentando diversos benefícios para a comunidade, principalmente por seu espaço estar localizado em uma via que foi apropriada pela comunidade do entorno para a realização de atividades físicas, como caminhadas e corridas. A instalação dessas academias proporciona acessibilidade universal, pois são gratuitas e estão disponíveis para toda a população. Além disso, proporcionam um ambiente ao ar livre para a prática de exercícios, contribuindo para a redução do risco de doenças crônicas e o bem-estar geral, incentivando estilos de vida ativos. A implementação dessas academias geralmente requer menos recursos financeiros e ambientais do que a construção de instalações fechadas, o que as torna uma opção econômica e sustentável.

Por fim, locais de permanência bem projetados desempenham um papel importante na configuração da experiência urbana, tornando as áreas urbanas mais atraentes, vibrantes e seguras, o que contribui para uma maior vitalidade e coesão nas comunidades urbanas. Em síntese, os locais de permanência no espaço público são essenciais para promover uma vida comunitária saudável, inclusiva e vibrante.  
(Extraído do Proc. 736/2024, anexo ao despacho 17).

#### **Benefícios a serem alcançados com a contratação:**

- a) Reaproveitamento sustentável dos espaços: Requalificar os fragmentos subutilizados ou inutilizados, não apenas revitaliza o tecido urbano, como também, impede o uso incorreto do espaço de maneira a degradar o meio ambiente;
  - b) Fomento à inovação: o programa abre a oportunidade para implementação de soluções inovadoras em termos de design urbano, tecnologia e sustentabilidade;
  - c) Fortalecimento do sentimento de comunidade: promover a integração da comunidade em espaços de lazer, fortalece laços sociais e senso de pertencimento.
- (Retirado do DFD – Proc. Administrativo 736/2024, despacho inaugural)

#### **Titularidade**

##### **Apresentação da documentação e titularidade da área que sofrerá intervenção:**

Documentos apresentados (Proc. Administrativo 736/2024, despacho 15).

**Para a execução do objeto se faz necessário aprovação de órgãos de Patrimônio Histórico? Quais?**

Não aplicável.

#### DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

##### Descrição da solução como um todo:

###### DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO

- a) Demolição de muro de placa, divisa entre a calçada e a parte a ser construída do lote, de 2,18 m<sup>2</sup>;

###### CONTENÇÃO

- a) 80 m<sup>2</sup> de Grama Bermuda (cynadon Doctyon) - Tela Geossintética para contenção de Talude.

###### PAREDES E DIVISÓRIAS

- a) xxxxx m<sup>2</sup> de construção de mureta de alvenaria com acabamento cimentício, para implantação de uma jardineira;
- b) 1,49 m<sup>2</sup> de acabamento em tinta acrílica roxa.

###### PISOS, CALÇADAS E ACESSIBILIDADE

- a) 96,39m<sup>2</sup> de concreto com acabamento vassourado;
- b) 65,66m<sup>2</sup> de concreto usinado com pigmento camurçado - cor roxa;
- c) 55,03m<sup>2</sup> de piso intertravado retangular - 4 x 6 x 8 cm - cor cinza;
- d) 4,80 m lineares de piso tátil de Alerta;
- e) 44,80 m lineares de piso tátil direcional;
- f) 4,07m<sup>3</sup> de terra preta para a jardineira central e lateral;
- g)

###### PINTURA

- a) Preparação de muro existente na lateral do lote, para aplicação de pintura acrílica na cor cinza claro, 11,88 m<sup>2</sup>
- b) Preparação de muro existente na lateral do lote, para aplicação de pintura acrílica na cor roxa, 36,13 m<sup>2</sup>

###### PAISAGISMO

- a) Jardim 01:
  - Gramma Amendoim (arachis repens): 41,77m<sup>2</sup> para a forração;
  - Curculigo (Curculigo Capitulada): 17 mudas;
  - Agapanto (Agapanthus): 20 mudas;
  - Manacá: 1 muda.
- b) Jardim 02:
  - Gramma Amendoim (arachis repens): 1,03m<sup>2</sup> para a forração;
  - Curculigo (Curculigo Capitulada): 3 mudas;
  - Manacá: 1 muda.

###### DRENAGEM

- a) 8,65m de fornecimento e instalação de tubo PVC, soldável com diâmetro de 77mm;
- b) 33,15m de fornecimento e instalação de canaleta triangular de concreto.

###### ILUMINAÇÃO

- a) 2 Postes de Iluminação em aço galvanizado reto, H (livre): 5,00m , inclusive luminária Led de 98W a 137W e Rele Fotoeletrico para comando de iluminação externa 1000W;

b) 2 2 Postes de Iluminação em aço galvanizado reto, H (livre): 3,00m , inclusive luminária Led de 98W a 137W e Rele Fotoeletrico para comando de iluminação externa 1000W;

#### MOBILIÁRIO

- a) 1 Banco Misto com Bicletário;
- b) 1 Lixeira;
- c) 1 Totem de informação;
- d) 1 Simulador de Caminhada Triplo;
- e) 1 Esqui duplo;
- f) 1 Pressão de Pernas Triplo;
- g) 1 Rotação Vertical Tripla;
- h) 1 Simulador de Remo individual;
- i) 1 Surf Duplo;

(Extraído do Proc. 736/2024, anexo ao despacho 17).

O detalhamento completo da solução utilizada encontra-se nos projetos de engenharia e memorial descritivo que compõem o Projeto Básico.

#### Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há contratações correlatas.

(Retirado do DFD – Proc. Administrativo 736/2024, despacho inaugural)

#### Providências a serem adotadas:

- Aprovação da despesa no Comitê Gestor de Convênios e Contratos;
- Necessidade de fiscalização técnica durante a execução da obra;
- Necessidade de fiscalização administrativa de acordo com a origem dos recursos;
- Envio recorrente de informações para o TCEMG, por meio do SISOP;
- Prestação de contas de acordo com o uso dos recursos.

#### Licenciamento Ambiental:

Os serviços a serem realizados não se enquadram no anexo único da Deliberação Normativa (DN) COPAM nº 217/2017, portanto, não são passíveis de licenciamento ambiental, cabendo apenas a emissão de declaração junto ao órgão licenciador. Entretanto, considerando estarem locados em faixa marginal de um córrego canalizado, são passíveis de autorização de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP). Ainda, como os serviços não interferem diretamente no leito do córrego, não cabe a solicitação de outorga junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Ressaltamos que as devidas manifestações dos órgãos ambientais responsáveis deverão ser anexadas a este processo antes da emissão da Ordem de Serviço.

Quanto aos possíveis impactos ambientais da intervenção, destacam-se:

Geração de efluentes líquidos provenientes dos banheiros instalados durante a execução da obra.  
Carreamento de sedimentos para o curso d'água podendo haver o assoreamento deste, comprometendo assim o tamanho da seção e sua capacidade de transporte da vazão de cheia do córrego.  
Compactação e impermeabilização de solos afetando diretamente a sua permeabilidade e contribuindo para o aumento do escoamento superficial.  
Aumento no nível de poeira e ruídos nos locais próximos às obras devido à movimentação de maquinários.  
Geração de resíduos sólidos provenientes das atividades executadas pelos trabalhadores durante as obras e pela população durante o uso do espaço após a conclusão da obra.  
(Extraído do Proc. 736/2024, despacho 20)



| Orçamentário Financeiro   |
|---|
| <b>UG:</b><br>091.100   |
| <b>Plano de Trabalho:</b><br>1.15.451.0004.2227.0000  |
| <b>Natureza de Despesa:</b><br>4.4.90.51  |
| <b>Fonte Orçamentária:</b><br>1500009004  |
| <b>Alinhamento entre a contratação e o Planejamento da Administração:</b><br><br>Contratação prevista na LOA2024, após emenda ao Orçamento (Emenda Parlamentar Municipal nº 11267). |

| LICITAÇÃO  |
|--|
| <p><b>Justificativa para o parcelamento, ou não, da contratação:</b></p> <p>O objeto será licitado por escopo, portanto, sem parcelamento.<br/>A escolha pela execução por escopo, ou seja, sem parcelamento, se deu em razão da similaridade dos serviços, o que garante a economia de escala, e questões de responsabilidade técnica.<br/>Numa contratação por escopo, como é o caso, uma mesma empresa deverá ser responsável por toda execução, visto que é necessário assegurar a funcionalidade e a responsabilidade da contratada pela execução do objeto adjudicado à ela, reduzindo consideravelmente os riscos para a Administração Pública. Concluindo, objeto deste ETP não será parcelado.</p>  |
| <p><b>Requisitos de habilitação técnica:</b></p> <p>Apresentação de atestados que comprovem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de calçada em concreto;</li> <li>- Construção de piso intertravado.</li> </ul>  |
| <p><b>Modalidade de Licitação:</b></p> <p style="text-align: right;"><i>Art. 28. São modalidades de licitação:</i><br/>I - pregão;<br/>II - concorrência;<br/>III - concurso;<br/>IV - leilão;<br/>V - diálogo competitivo.</p> <p>O Programa Respiro Urbano tratará de vários espaços no meio urbano com o mesmo objetivo, qual seja, transformar áreas mal usadas em locais atrativos e ambientalmente equilibrados. Os serviços que contemplam o objeto a ser contratado são comuns de engenharia, que podem ser definidos por critérios usuais de mercado, entretanto, cada área deve ser executada com base em projeto específico, feito exclusivamente para aquele local determinado.<br/>Assim, levando-se em conta as características da licitação e do escopo da obra, a modalidade a ser adotada é a <b><u>Concorrência</u></b>, por ser a mais vantajosa para o Município para este objeto.</p> |



**Regime de Execução:**

*Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:*

- I - empreitada por preço unitário;*
- II - empreitada por preço global;*
- III - empreitada integral;*
- V - contratação integrada;*
- VI - contratação semi-integrada;*
- VII - fornecimento e prestação de serviço associado.*

Considerando que definir a escolha do tipo de empreitada está diretamente relacionado a capacidade da Administração definir a com precisão a dimensão do objeto da contratação, visto que esta definição pode impactar tanto positiva quanto negativamente a execução.

Considerando a natureza da obra, que por si só já agrega um grau de incerteza maior, visto que pode-se, durante a execução, deparar com serviços não passíveis de serem previstos na fase de projeto.

Considerando que o preço unitário permite a administração estimar um padrão de medida para cada item, com quantidade limitada e valor certo estabelecidos em contrato, então, para fins de aferição do valor a ser pago será considerada a medição verificada e aprovada do serviço executado pela contratada.

Conclui-se que, para esta obra, o regime de execução mais vantajoso para a administração pública é o de **empreitada por preço unitário**.

**Do critério de julgamento:**

*Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

- I - menor preço;*
- II - maior desconto;*
- III - melhor técnica ou conteúdo artístico;*
- IV - técnica e preço;*
- V - maior lance, no caso de leilão;*
- VI - maior retorno econômico.*

*Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.*

Para a escolha do critério de julgamento deve-se levar em conta sempre obter a maior vantajosidade para a Administração, atendendo os critérios de qualidade exigidos.

No caso de obras e serviços de engenharia, para a composição dos preços da planilha orçamentária de determinada obra, são adotadas tabelas de referência, notadamente SINAPI, SICRO e SEINFRA, neste caso. Assim, por ocasião da licitação, o desconto é ofertado pelo licitante, sobre o orçamento elaborado com base nas tabelas de referência, de forma linear, vencendo a licitação o concorrente que ofertar maior desconto. A adoção do desconto linear, também permite evitar que sejam realizados “jogo de planilha”, itens com valor maior que o referencial, e erros em planilhas com grande volume de itens, que geram a desclassificação das empresas, diminuindo a ampla concorrência.

Conclui-se, portanto, que para esta obra, o critério de julgamento mais vantajoso para a administração é o de **maior desconto**.

**Do modo de disputa:**

Art. 56. O modo de disputa poderá ser isolada ou conjuntamente:  
I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

§ 3º Serão considerados intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

§ 4º Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Considerando que o critério de julgamento escolhido é o de maior desconto, o modo de disputa deverá ser obrigatoriamente aberto ou aberto combinado com fechado.

Porém, tendo em vista que é uma licitação para obra de pequeno porte, a escolha será pelo modo de disputa **aberto** que oferece maior vantagem à Administração.

**Da participação de consórcios**

Não será possível a participação de consórcio.

O objeto é de execução técnica e gerencial simples, e tem quantitativo inexpressivo para determinar uma participação de consórcios de empresas.

**Indicação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da licitação**

**Secretaria de Obras:**

Titular: Bruna Ferreira da Rocha

Suplente: Cássia Cristina de Souza

**Secretaria Demandante:**

Titular: Mariana Pinto Guedes

Suplente: Julia Melo de Castro

No caso de necessidade de instituição de comissão de contratação, conforme Art. 7º da Lei 14133/21, a mesma deverá ser composta (de forma técnica) pelos 2 membros indicados da Secretaria de Obras e pelo titular da Secretaria demandante.

#### POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após a análise e inclusão das diversas informações e documentos necessários, esta contratação sob análise, smj, resta viabilizada, considerando já existirem condições técnicas, documentais e operacionais suficientes, tanto para dar prosseguimento com a licitação como para iniciar a obra em seguida.

Responsáveis:

#### SECRETARIA DE OBRAS

**Nome:** Juliana Guarinello dos Santos

**Cargo:** Gerente de Gestão de Obras e Projetos

#### SECRETARIA DEMANDANTE

**Nome:** Mariana Pinto Guedes

**Cargo:** Gerente do Departamento de Planos e Projetos Integradores

**Nome:** Julia Melo de Castro

**Cargo:** Assessora



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 743C-98CA-1130-33EE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JULIANA GUARINELLO DOS SANTOS (CPF 809.XXX.XXX-53) em 17/05/2024 10:59:00 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIANA PINTO GUEDES (CPF 119.XXX.XXX-30) em 17/05/2024 11:09:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JULIA MELO CASTRO (CPF 111.XXX.XXX-57) em 17/05/2024 11:09:47 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/743C-98CA-1130-33EE>